



ATAS
IV ENCONTRO DE
HISTÓRIA
DE LOULÉ



ARQUIVO
MUNICIPAL
DE LOULÉ 

ATAS
IV ENCONTRO DE
**HISTÓRIA
DE LOULÉ**

21 E 22 MAI 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
ARQUIVO MUNICIPAL
2021

FICHA TÉCNICA

Título: Atas do IV Encontro de História de Loulé

Coordenação: Nelson Vaquinhas

Autores:

Ana Pereira Ferreira

Daniela Nunes Pereira

Edite Martins Alberto

Jaime Ricardo Gouveia

João Costa

Leonardo Aboim Pires

Luís Carlos Ribeiro Gonçalves

Marco Sousa Santos

Maria Ângela Beirante

Maria de Fátima Reis

Ricardo Pessa de Oliveira

Rita Mendonça Leite

Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues

Paginação: SI

Capa: Susana Leal

Imagem da capa: Palácio Gama Lobo - Escudo com as armas da família Lobo

Imagem da contracapa: Encadernação das atas de vereação da Câmara Municipal de Loulé (1678-1679)

Edição: Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal

Local de edição: Loulé

Data de edição: 2021

Tiragem: 400 exemplares

Impressão: Rainho & Neves

ISBN: 978-989-54196-3-0

Depósito legal: 482764/21

Os textos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

ÍNDICE

CONFERÊNCIA INAUGURAL

- O culto da Paixão e Morte de Cristo em Loulé e seu termo (séculos XVI-XIX)
Maria Ângela Beirante **7**

INDIVÍDUOS E OFÍCIOS

- Tabelião, escrivão e até juiz: o ofício da escrita em Loulé em finais
do século XIV e século XV
Ana Pereira Ferreira **47**

- Apontamentos biográficos sobre o alcaide Francisco de Sousa
Caeiro (1572-c.1637)
Marco Sousa Santos **93**

INQUISIÇÃO, ORDENS MILITARES E ORDENS RELIGIOSAS

- A Ordem de Santiago em Loulé (séculos XII-XVI)
João Costa **113**

- De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII
Edite Martins Alberto **135**

- A solicitação clerical em Loulé (séc. XVI a XVIII)
Jaime Ricardo Gouveia **159**

ASSOCIAÇÕES CONFRATERNAS E PRÁTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

- Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista
Luís Carlos Ribeiro Gonçalves **177**

- Para alívio das Almas do Purgatório: uma confraria louletana
da Época Moderna
Ricardo Pessa de Oliveira **197**

URBANISMO E ARQUITETURA

A arquitetura comercial (séculos XV-XVI): o alpendre de Loulé
Daniela Nunes Pereira **217**

O Bairro de São Francisco em Loulé. Contributos para a sua história
Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues **231**

ENTIDADES RELIGIOSAS E ORGANISMOS CORPORATIVOS

A República e a «questão religiosa»: execução da Lei da Separação
do Estado das Igrejas (1911) em Loulé
Maria de Fátima Reis **253**

A ação da Sociedade Bíblica no Algarve dos inícios do século XX:
o caso de Loulé como espaço de abertura e de confronto
Rita Mendonça Leite **285**

Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve
Leonardo Aboim Pires **299**

Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve

Leonardo Aboim Pires*

*Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20/UC)

Resumo: A emergência do regime autoritário português, nos anos 30, ditou a criação de várias instituições para cumprir o desígnio corporativo que, desde o início, pairou sobre as decisões tomadas pelo Estado Novo. Esta foi uma situação à qual o Algarve não escapou e de que Loulé se apresenta como um caso de estudo demonstrativo dessa dinâmica. Analisando as linhas gerais de atuação dos Grémios, Casas do Povo e outros, é nossa intenção compreender quais os comportamentos dos grupos sociais envolvidos e enquadrados no sistema corporativo, de que modo se operou o funcionamento destes organismos e quais os seus sucessos e desventuras.

Palavras-chave: Instituições; Corporativismo; Estado Novo; Loulé.

Introdução

Acompanhando a tendência de outras ditaduras¹, o Estado Novo (1933-1974) arrogou a si o ideário corporativo, realidade essa plasmada na Constituição de 1933, embora o processo para a sua concretização tenha sido feito de hesitações e entraves, num percurso verdadeiramente sinuoso. Desde as conceções que estiveram na sua base até às primeiras instituições fundadas, a ditadura erguida sob a égide de António de Oliveira Salazar suscitou a criação de organismos nas várias regiões do país, de norte a sul, do continente às ilhas. O reforço da autoridade do Estado e a sua vertente corporativa levou a alterações na paisagem administrativa, exibindo uma vasta rede de Casas do Povo, Casas dos Pescadores, Grémios da Lavoura, Grémios do Comércio, Grémios da Indústria, Grémios Mistos e Sindicatos Nacionais.

As especificidades socioeconómicas eram consideradas aquando da implantação dos organismos, tornando-se instrumentos na gestão da produção agrícola e industrial e na circulação de mercadorias, mas eram também baluartes do controlo social e dos trabalhadores. Apesar destas características, potenciadoras de estudos para a compreensão do Estado Novo a um nível micro, não são muito numerosos os trabalhos sobre tal questão, embora existam algumas incursões recentes nestes domínios que cobrem uma parte das instituições corporativas locais e regionais².

Se o que caracteriza o local “é o enraizamento social (o *“embedding”*)”, a vizinhança à nertatura íntima da estrutura social e dos interesses”, já o nacional apresenta-se como

1 Para uma leitura da inserção do caso português no restante panorama europeu veja-se Garrido (2019).

2 A título exemplificativo ver os seguintes estudos de Freire (2012); Henriques (2016); Macedo (2008); Pereira (2016); Pires (2019) e Torres (2013).

estruturado a partir da “abstração e pela emancipação do político em relação aos contextos de vizinhança e proximidade”³. É nesta junção que o estudo do corporativismo nas regiões periféricas poderá estar centrado. O distanciamento geográfico condicionava o conhecimento cabal das várias realidades sociais presentes, criando a imposição de um conjunto de intenções advindas do poder central ao qual os poderes locais teriam de estar sujeitos. Sendo “uma das mais fortemente personalizadas ditaduras do século XX”⁴, podemos estipular três modalidades na relação entre o centro e a periferia no autoritarismo português: adesão, oposição e cooptação. Se existiram lugares que aderiram ao projeto político do salazarismo sem peias, outros apresentaram a sua resistência perante o avanço da ditadura, encontrando-se ainda situações em que o regime conseguiu angariar esforços através de variados instrumentos.

Na simbiose estabelecida entre os espaços periféricos e as circunstâncias políticas, o distrito de Faro e, especificamente, Loulé, acompanhou este movimento. Em 1938 surgiu o primeiro organismo neste concelho, a Casa do Povo de Alte, a que se seguiriam outras nos anos vindouros, sendo a última criada por alvará de 29 de agosto de 1973, em Querença e São Clemente. Também se incluem, neste rol, o Grémio da Lavoura, criado em junho de 1941, e o Grémio do Comércio, emergindo em abril de 1964.

Através do caso de Loulé, este estudo tem como principal objetivo perceber a implantação regional do corporativismo, realçando algumas das características do seu funcionamento interno, em articulação com outras instituições congéneres no Algarve. Quais os motivos para a sua criação? Que dificuldades e contingências surgiram? Quais as visões suscitadas perante a criação e atuação das Casas do Povo e dos Grémios? Existiram conflitos internos ou alcançou-se a almejada cooperação interclassista? Estes quesitos nortearam a nossa pesquisa de forma a obter uma análise *de baixo para cima*.

Fazendo uso da documentação dos arquivos Oliveira Salazar, do Ministério do Interior, da Inspeção dos Organismos Corporativos e da União Nacional, presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e do Arquivo Histórico-Parlamentar (AHP), assim como a leitura da imprensa periódica local, faremos uma incursão problematizante como a relação entre centro/periferia e poder central/comunidades locais se processou ao longo do autoritarismo no Algarve.

A ditadura a sul: os primórdios da instauração da orgânica corporativa em Loulé

Um dos primeiros motivos para a estruturação prática do corporativismo partiu da circunstância de encontrar um novel paradigma de intervenção económica do Estado. Ao longo da ditadura, este modelo apresentou-se como fortemente interventivo nos domínios das relações laborais e de mercado. Mas para lá do domínio da economia política, esta doutrina foi usada como mecanismo de controlo social, através de um vasto conjunto de instituições, verificando-se uma territorialização destas idealizações. Como já mencionámos previamente, a sua tipologia apresenta uma clara intenção de albergar, sob uma mesma intenção, interesses antagónicos na busca de uma certa ordem social. A natureza deste desiderato apresentou assimetrias sendo importante indagar quais as “expressões de consentimento e a negociações que viabilizaram a concretização das

3 Romanelli, 2008, p. 80.

4 Rosas, 2004, p. 87.

medidas promulgadas pelos órgãos de poder central”⁵. Qual a verdadeira dimensão da atividade do sistema corporativo durante o Estado Novo? Tendo como intuito o esclarecimento desta situação, será através do caso de Loulé que será examinada.

Vista por alguns, como o deputado Francisco Melo Machado, como “nobre, notável e laboriosa vila” e na qual “se alberga um povo sonhador, aventureiro, artista, activo e lutador”⁶, ao abrir os anos 30, Loulé era um concelho com 44.026 habitantes, com uma economia assente na agricultura, nas pescas e também na extração mineira. Quanto ao quadro nacional mencionado anteriormente, não apresentou ruturas, estando em conformidade com os outros concelhos portugueses, possuindo os organismos patentes no Quadro 1, surgidos ao longo de décadas.

Quadro 1. Organismos corporativos em Loulé

Designação	Data de criação	Tipo de Organismo
Casa do Povo de Almancil e Quarteira	20/08/1973	Casa do Povo
Casa do Povo de Alte	11/05/1938	Casa do Povo
Casa do Povo de Boliquireme e São Sebastião	09/08/1973	Casa do Povo
Casa do Povo de Querença e São Clemente	29/08/1973	Casa do Povo
Casa do Povo de Salir	04/07/1973	Casa do Povo
Casa do Povo do Ameixial	04/07/1973	Casa do Povo
Grémio da Lavoura de Loulé	27/06/1941	Grémio da Lavoura
Grémio do Comércio do Concelho de Loulé	08/04/1964	Grémio Facultativo
Secção de Loulé do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro	17/07/1937	Sindicato Nacional

Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.*

Do ponto de vista político, é possível encontrar apoios ao novo regime, algo que transparece na imprensa local. Segundo Joaquim Rodrigues, como temas dominantes nos jornais encontramos “a sacralização do «chefe» e da sua obra; a apologia do Estado Novo e do corporativismo; a descrição das actividades da União Nacional (criada a 20 de Julho de 1930), Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa (criada a 19 de Maio de 1936); os diversos actos eleitorais e um constante e sufocante discurso anticomunista”⁷.

A própria adesão dos louletanos à União Nacional é demonstrativa desse impulso inicial. É no ano de 1934 que é possível encontrar um grande número de filiações na estrutura partidária do salazarismo, algo que só se verificaria, ainda que com menor expressividade, nos anos 50. Tal facto vai ao encontro das conclusões obtidas por Manuel Braga da Cruz que refere, para o resto do país, “o grande afluxo de adesões ocorrerá depois, nos anos de 1933 (17 109) e 1934 (17 912)”⁸. Aquando das eleições para a Assembleia Nacional⁹, num telegrama de dezembro de 1934, era categoricamente

5 Freire, 2012, p. 275.

6 *Díário das Sessões da Assembleia Nacional*, III legislatura, nº 41, 25 de novembro de 1943, p. 5.

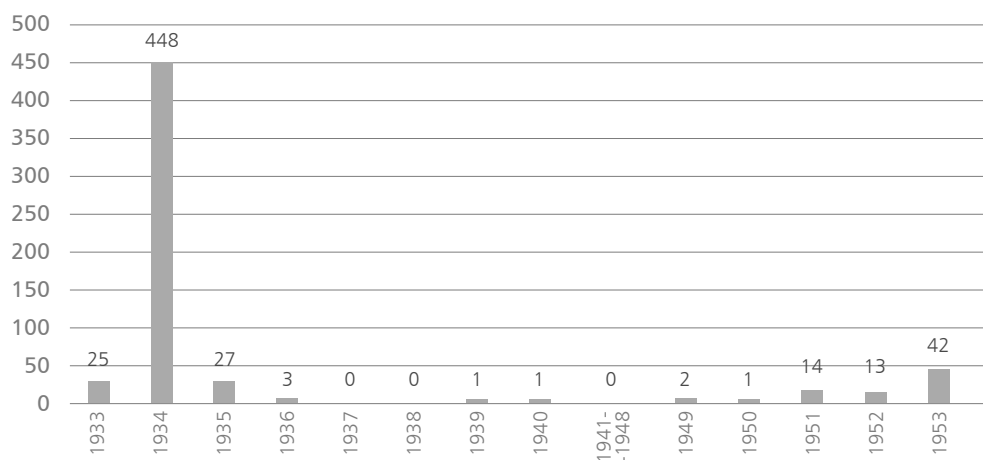
7 Rodrigues, 2019, p. 14.

8 Cruz, 1988, p. 133.

9 Sobre estas eleições ver Rosas (1985).

referido que “os homens da União Nacional deste conselho [sic] acabaram de dar o alto exemplo de disciplina e patriotismo votando entusiasticamente a lista da União Nacional”¹⁰. Ainda numa fase embrionária, o ímpeto nacionalista não esmoreceu, pois, estando “num estado ainda em organização a Comissão Concelhia da UN de Loulé” enviou “uma delegação de filiados deste concelho para representar numa manifestação prestada a Sua Ex.^a o senhor General Carmona”¹¹.

Gráfico 1. Número de filiações na União Nacional em Loulé (1933-1953)



Fonte: ANTT, União Nacional cx. 20 mç. 54a, fls. 50-72.

Sobre o corporativismo propriamente dito, as mesmas conclusões podem ser retiradas visto que a sua cimentação em terras algarvias também se estabeleceu sem resistências assinaláveis por parte das elites. Em 1938, foi criada a Casa do Povo de Alte¹², uma localidade “alcandorada na encosta de um cerro, rodeada de mais três colinas, servida por vegetação macia, rica de cores e variadas, com abundância de água”¹³. Esta foi uma das primeiras Casas do Povo do país, sendo a direção composta por António Gomes Cravinho (presidente), Morais dos Santos Duarte (secretário) e Horácio de Assunção Ramos (tesoureiro)¹⁴. O seu surgimento enquadrou-se num movimento de revitalização local, no âmbito do concurso *A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal*, promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional¹⁵ e que Alte era uma das candidatas ao título. A criação da Casa do Povo era vista como uma forma de garantir “amparo e futuro dos que trabalham, dos que procuram pão para os estômagos necessitados”¹⁶, destacando-se, no conjunto da sua atividade cultural, a criação de um rancho folclórico.

Outros setores encontraram no regime corporativo um pretexto para (re)afirmar a sua capacidade de representação enquanto classe laboral. Um desses exemplos surgiu

10 ANTT, União Nacional cx. 20 mç. 54a, fl. 172.

11 ANTT, União Nacional cx. 20 mç. 54a, fl. 163.

12 *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (doravante *BINTP*), ano V, nº9/10, 16 e 31 de maio de 1938, p. 202.

13 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 64.

14 *BINTP*, ano V, nº 12/13, 30 de junho e 15 de julho de 1938, p. 256.

15 *O Louletano*, ano 6, nº 253, 23 de junho de 1938, p. 1.

16 *O Louletano*, ano 6, nº 265, 15 de setembro de 1938, p. 3.

com a secção de Loulé do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro, criada por despacho de 17 de julho de 1937. De acordo com o artigo 2º do seu regulamento, este sindicato representava “todos os indivíduos do sexo masculino, portugueses e estrangeiros maiores de 18 anos que provem exercer com efectividade a profissão de operários da construção civil e que residam no concelho de Loulé”¹⁷. De acordo com a imprensa da época, esta ação fora promovida por uma comissão de trabalhadores, “cheios de fé e de entusiasmo pela Organização Corporativa do Estado Novo, se esforçaram para se organizarem e para se poderem defender dentro da orgânica do Corporativismo, os seus legítimos interesses”¹⁸.

A sua colaboração com as estruturas oficiais pode ser vista noutras questões. Em outubro de 1937, deu-se a oferta, por parte da União Nacional, de “um volume contendo uma colecção das últimas publicações editadas pela U.N.”¹⁹, algo que fora pedido pela direcção do Sindicato num ofício enviado, e fazendo uso das suas palavras, a “esse patriótico organismo”²⁰. Estes pedidos continuariam até julho de 1942. Nesta atitude poder-se-á vislumbrar uma forma de doutrinação dos princípios do regime junto das classes trabalhadoras e em que “foi a UN também chamada a dar corpo ao ideário corporativo”²¹.

A leitura desta situação poderia induzir a uma presumível adesão espontânea dos trabalhadores à representação corporativa. Todavia, noutros casos, podemos afirmar que se revelou um movimento de sobrevivência perante a crescente intervenção no mundo do trabalho local. Algumas associações de classe criadas antes do salazarismo ainda funcionaram alguns anos, num clima de aparentes dificuldades. A Associação de Classe dos Operários Sapateiros Louletanos, criada em 1911, é disso exemplo, convivendo com as entidades corporativas, nomeadamente, com o Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro, sediado em Loulé e fundado em 1934. Esta associação foi progressivamente definhando, sintoma dos problemas que o próprio sector do calçado e dos curtumes teve neste período²², mas também da malha que o regime apertou em torno destas agremiações. Por seu turno, o referido sindicato era considerado como prova de que “o operário vê e sente as vantagens que a organização corporativa lhe concede”²³.

Também se deve mencionar, ainda que extravasasse o âmbito concelhio, a existência do Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve, anexo à Junta Nacional das Frutas²⁴ e criado pelo Decreto n.º 23 791, de 23 de abril de 1934, em que os concelhos algarvios estavam incluídos.

Outro aspeto relevante é que com a consagração oficial do corporativismo e perante as investidas governativas no controlo da atividade laboral, Loulé foi dos concelhos que, em 1933, se mostrou contrário à institucionalização do descanso semanal ao domingo, posição extensível aos restantes municípios do Algarve. A autarquia era favorável ao descanso à segunda-feira porque “sendo muito grande o concelho, e constituído na sua maioria por agricultores, é aos domingos que eles se abastecem para não perderem

17 *Regulamento da Secção...*, 1938, p. 5.

18 *O Louletano*, ano 5, nº 246, 1 de maio de 1938, p. 9.

19 ANTT, União Nacional cx. 20 mç. 54a, fl. 157.

20 ANTT, União Nacional cx. 20 mç. 54a, fl. 158.

21 Cruz, 1988, p. 138.

22 Sobre este sector ver Rodrigues (2005).

23 *O Louletano*, ano 2, nº 52, 14 de junho de 1934, p. 2.

24 Sobre este organismo de coordenação económica ver Pires (2018).

o dia de semana”. Consequentemente, e perante o perigo de prejuízos económicos, era mencionado que “o descanso dominical só é prejudicial para este Concelho, motivo por que, não pode esta Câmara, apoiar o assunto”²⁵.

Como se pode concluir, apesar de alguma discordância com alguns tópicos nos tempos iniciais do Estado Novo, a extensão do corporativismo ao Algarve esteve enquadrada nas dinâmicas mais gerais, ao nível nacional, em que os próprios agentes locais apresentaram alguma recetividade em se associar a este movimento de representação de classe. Será apenas com o conflito mundial que esta tranquilidade será quebrada, emergindo problemas em diversos domínios.

Os condicionalismos da guerra

Apesar de ter sido um país neutral, os impactos da Segunda Guerra Mundial foram sentidos em Portugal, de forma particularmente acutilante, tal como têm demonstrado os vários trabalhos que se focaram nesta questão²⁶. Existindo uma clara necessidade de reforço do regular abastecimento de víveres e comercialização de produtos, o mecanismo encontrado pelo regime para a execução desta aspiração passou pelo uso das instituições corporativas. Foi neste período que se verificou a criação de muitos Grémios da Lavoura, expandindo a máquina burocrática a vários concelhos, ação que não se esgotou apenas na dimensão da rede gremial.

Loulé, uma vez mais, inseriu-se no quadro geral do corporativismo. O seu Grémio da Lavoura foi criado pelo alvará de 27 de junho de 1941 e a primeira direção constituída por José Joaquim Soares, Artur Gomes Pablo e António Pedro (efetivos) e por Jaime Guerreiro Rua, Albano Maria de Aragão Faisca e Gervásio António dos Santos (substitutos)²⁷. Os seus estatutos previam a criação de casas da lavoura em Alte, Boliquireime e Salir, mas apenas as duas primeiras localidades foram beneficiadas com estas delegações do grémio no decorrer da guerra. Ao nível das suas infraestruturas, possuía dois armazéns em Loulé e Alte, gerindo ainda dois celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT), na sede do concelho e Ameixial²⁸.

Apresentando-se como um dos elos da cadeia que ligava os vários organismos, o Grémio da Lavoura de Loulé estabeleceu relações com vários organismos de coordenação económica. Com a Junta Nacional do Vinho (JNV), esta entidade gremial foi intermediária num conjunto de tarefas: “recepção de manifestos; comunicações de interesse dos viticultores; distribuição de sulfato de cobre; fixação e cobrança de avenças aos retalhistas do concelho” que absorviam “durante o ano, boa parte do funcionalismo do Grémio”²⁹. Já com a Junta Nacional do Azeite (JNA) foi feito o rateio de algum combustível para os lagares e com a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) foi realizada a distribuição de vários quilos de sêmea para alimentação do gado. Sobre este último aspeto, de realçar alguma atenção concedida à pecuária local, com uma campanha de vacinação de suínos, realizada em 1943, a manutenção do posto de cobrição,

25 ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mc. 460, [pt. 22/1], fls. 10-11.

26 Sem qualquer propósito de exaustividade, atente-se, entre outros, os seguintes estudos de enquadramento sobre os impactos da guerra: Rosas (1990); Nunes (2012), Rollo (2006) e Telo (1991).

27 *BINTP*, n.º 15, ano VIII, de 15 de agosto de 1941, p. 366.

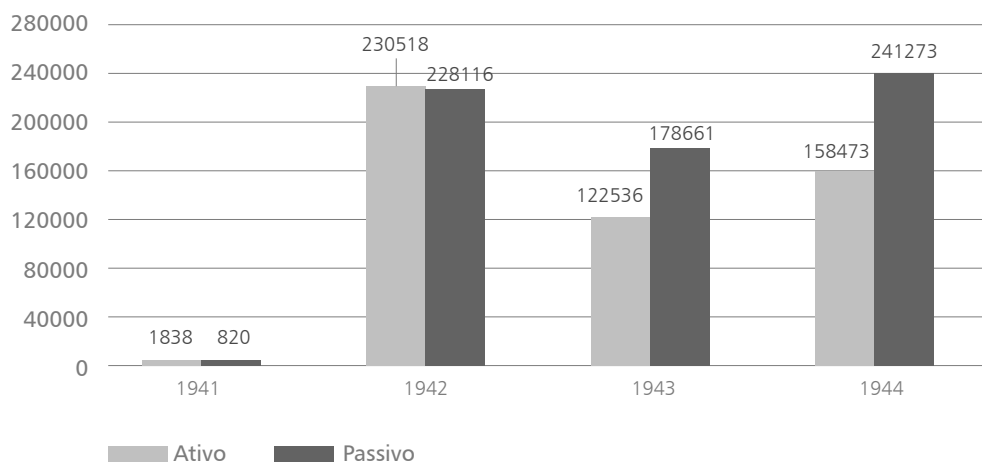
28 Arquivo Histórico Parlamentar [doravante AHP], AN, cx. 50, n.º 18, fl. 37.

29 *Relatório e contas...*, 1944, p. 6.

inteiramente custeado pelo Grémio e ainda a revisão das posturas municipais para o gado, em 1944, uma das iniciativas a que os agremiados dedicaram vários esforços.

Sobre a atividade económica, a concessão de crédito aos seus membros teve muitos obstáculos. Como os gerentes mencionaram, “diremos que o capital que movimenta mercadorias a fornecer aos associados, provem do crédito pessoal dos Directores deste Organismo”³⁰. Pelos números apresentados pela direção, com o desenrolar da guerra, verificou-se um agravamento da situação em que o valor do passivo superava o do ativo (cf. Gráfico 2). Ainda assim foi possível assegurar as colheitas cerealíferas de alguns produtores locais e fornecer sementes, rações, ferragens, combustíveis e outros materiais necessários aos trabalhos rurais.

Gráfico 2. Ativos e passivos da contabilidade do Grémio da Lavoura de Loulé (em escudos)



Fonte: AHP, AN, cx. 50, n.º 18, fls. 42-45.

A retórica do Grémio da Lavoura enfatizava as benesses trazidas pelo corporativismo à população local. Pouco tempo depois da sua criação assinalava-se que este deixara de ser olhado “como mais um encargo, pela certeza que os louletanos vão adquirindo de que a Organização Corporativa da Lavoura é o único remédio para os males que afligem os cultivadores da terra”³¹. A realidade desmentia tal idílio. No quadro da contestação social deste período, além de formas de protesto popular como ocorreu em setembro de 1943 com manifestações “em massa junto das respectivas autoridades exigindo o fornecimento de farinha”³², o Grémio da Lavoura será um foco de descontentamento dos camponeses. Em 1944, os proprietários e lavradores do concelho tinham-se recusado a manifestar a produção de fava. Todavia, perante a necessidade de compra de adubos para as suas sementeiras, os agricultores da localidade tiveram de se dirigir ao Grémio. Esta instituição inquiriu sobre “quais as quantidades semeadas, para o fornecimento de adubo, e, quando os agricultores, na sua boa-fé, lhes forneceram indicações,

30 AHP, AN, cx. 50, n.º 18, fl. 38.

31 *Relatório e contas...* 1944, p. 3.

32 *Avante!*, VI série, n.º 41, 1ª quinzena de outubro de 1943, p. 3.

obrigaram-nos a entregar-lhes 10 por cento dessas quantidades” e muitos “tiveram de comprá-la de novo”³³, criando uma sobrecarga nos orçamentos já depauperados pelo contexto vivido.

Os mecanismos de requisição, em que o Grémio da Lavoura tinha responsabilidade, e a apreensão dos agricultores em colocar os seus produtos nos circuitos comerciais era uma situação comum à região, prolongando-se para lá do fim da guerra. Nos anos seguintes, “muitos preparadores e exportadores ficaram com parte dos seus produtos retidos nos armazéns por não terem conseguido colocação nos mercados externos, devido certamente ao ambiente de incerteza na estabilidade da paz e de insegurança no futuro”³⁴.

As questões que a guerra veio colocar à vida dos organismos corporativos resvalou em diversos problemas, notados por todo o país e que continuaram no rescaldo do fim das hostilidades. No concelho em estudo, e em específico no Grémio da Lavoura, foram apuradas irregularidades, com valores em falta nas contas dos associados e nas mercadorias transacionadas, entre 1945 e 1947. Esta situação acabou por ser imputada “ao ex-guarda-livros Francisco Mateus de Barros. Em acção interposta pelo Grémio, o Tribunal por sentença de 26 de Abril de 1948, condenou-o culpado na indemnização de 35 000\$00 e em pena de prisão”³⁵.

Já na Casa do Povo de Alte, o final dos anos 40 atestava que “não é dos melhores ambientes criado à [sua] volta” e o acontecimento da “venda em hasta pública de uma muar penhorada a um sócio da Casa do Povo pelo Tribunal do Trabalho e a intervenção de uma patrulha da Guarda Nacional Republicana para protecção do arrematante, testemunhou-o eloquentemente”³⁶, sintetizando-se na seguinte afirmação “simpatia pelos dirigentes – nenhuma; ambiente para o organismo – péssimo”³⁷. Para superar este quadro, foi nomeada uma comissão administrativa, presidida por José Cavaco Vieira, conseguindo repor alguma normalidade.

A estrutura corporativa no período final do regime

No rescaldo do conflito mundial foram criadas as condições para reapreciar os caminhos tomados pelo corporativismo. É possível observar um conjunto de iniciativas correspondentes a este estado de espírito, como a criação do Ministério das Corporações e Previdência Social (1950), o lançamento do Plano de Formação Social e Corporativa (1956), a reorganização do Conselho Superior de Previdência Social (1956)³⁸, a reforma da previdência social (1962), entre outras. Não se tratou apenas de uma nova roupagem do modelo institucional, mas deu-se também uma reformulação dos preceitos teóricos.

33 *Avante!*, VI série, nº 51, 1ª quinzena de abril de 1944, p. 3.

34 *Jornal de Lagos*, ano XXII, 15 de abril de 1948, p. 1.

35 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 150.

36 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 67.

37 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 73.

38 De acordo com Henrique Veiga de Macedo, Ministro das Corporações entre 1955 e 1961, esta reforma pretendia solucionar o problema da habitação e que ia “ao encontro da vontade da Assembleia [Nacional] por forma mais eficaz do que se se adoptasse a orientação de nomear uma simples comissão” levando à “participação da previdência no combate à crise dos alojamentos” (ANTT, Arquivo Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, pt. 1., fls. 1-2). Esta mudança pretendida pelo Ministério das Corporações queria estabelecer “a orientação de obrigatoriamente se ouvir este órgão sobre os programas de habitação de renda acessível da iniciativa quer das instituições de previdência e dos organismos corporativos, quer da parte do Estado e dos corpos administrativos” (ANTT, Arquivo Salazar, Correspondência Oficial, CR-3, pt. 1, fl. 11).

Questões como o desemprego rural, os salários, a produtividade ou a proteção social encontraram espaços novos de afirmação. A todos estes temas a máquina burocrática corporativa teria de estar atenta e pronta a dar respostas cabais. Porém, estas ações salvaguardaram sempre os princípios políticos sobre os quais assentava a estrutura do regime, ou seja, era irreduzível a preservação do corporativismo como ideologia oficial da regulação das relações socioeconómicas.

Para proceder a uma mais eficaz resposta aos anseios sociais, foi iniciado um processo de maior escrutínio sobre a realidade corporativa ao nível regional, espectro no qual se situa a criação da Inspeção dos Organismos Corporativos (IOC), em 1948. É através da ação deste organismo que se podem conhecer vários aspetos das realidades internas das Casas do Povo, Grémios e Sindicatos nascidos no Estado Novo. Para o estudo que temos vindo a desenvolver, começemos por observar a situação associada à agricultura.

Ao abrir a década de 1960, foi realizado um inquérito para conhecer o funcionamento da moldura institucional da “organização corporativa da lavoura” e este documento torna-se relevante para analisar alguns tópicos comuns em vários concelhos. Vejamos as conclusões obtidas para a região em estudo. No distrito de Faro existia um total de 11 Grémios, 5,2% de um universo de 303 espalhados pelo território português.

Quadro 2. Situação dos Grémios da Lavoura em Faro (1963)

Concelhos	Nº de Grémios	Área de atuação		Sede	
		Um concelho	Mais de um concelho	Própria	Arrendada
16	11	8	3	2	9

Fonte: ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43, fl. 14.

Um caso particularmente curioso ocorre quando se abordam as sedes dos Grémios da Lavoura, isto é, quais é que tinham sede própria ou se encontravam em edifícios arrendados. Dos 231 concelhos que responderam ao referido inquérito, 82 tinham edifício próprio, enquanto 142 declaravam arrendar um espaço. Em Faro, este desequilíbrio mantém-se: dois Grémios da Lavoura tinham uma sede, enquanto nove diziam não ter.

Na formação do pessoal gerente são verificadas semelhanças com o panorama nacional. O nível de habilitações centrava-se, na generalidade dos casos, na instrução secundária, contando-se seis pessoas que encaixavam neste perfil, algo que também era possível encontrar nos Grémios do Comércio. Não era uma situação fora do comum. Nos Grémios da Lavoura do sul do país até era frequente, sendo esta cifra ligeiramente superior em Évora e Beja, contando-se sete dirigentes nestas condições. Com a instrução primária, apenas foi possível contar um funcionário farenses. Já com estudos universitários, o quadro era de enriquecimento pois uma parte dos dirigentes eram regentes agrícolas. Não existia nenhum dirigente em Faro que tivesse formação superior. Um caso excecional e único era o de Beja, contando sete gerentes que estiveram na universidade. Era concluído que a situação se devia “às baixas remunerações oferecidas”³⁹. No caso específico de Loulé, essa situação conheceria alterações, em 1965, com a eleição de Jaime Guerreiro Rua, licenciado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Figura grada na região, tendo ocupado os lugares de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loulé e de Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura do Algarve, foi deputado à Assembleia Nacional (1965-1969).

³⁹ ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43, fl. 11.

Quadro 3. Quadros dirigentes dos Grémios da Lavoura em Faro (1963)

Nº de empregados	Quadros		Habilitações dos gerentes				
	Dirigentes	Vagos	Inst. prim.	Inst. sec.	Inst. média	Instrução superior	Ignorada
83	4	15	1	6	-	-	-

Fonte: ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 159, proc. 43, fl. 14.

Outros Grémios apresentavam algumas semelhanças com a situação referida. No relatório da visita ao Grémio do Comércio de Loulé realizada pela IOC, ao nível do pessoal dirigente, o chefe dos serviços administrativos, Leonildo Sousa Martins possuía “como habilitações a frequência do 7º ano dos liceus” o escriturário Mamede Nunes Coelho tinha “a frequência do 2º ano dos liceus”⁴⁰. Numa nova visita, efetuada em abril de 1973, pouco mudara. O chefe dos serviços, José Barros Martins, era “aposentado da polícia de segurança pública [com] exame de admissão ao liceu”⁴¹. Por seu turno, o escriturário, Mamede Nunes Coelho mantinha-se em funções.

Ainda sobre o Grémio da Lavoura de Loulé, alguns aspetos podem ser destacados devido à similitude dos seus problemas com os dos organismos congéneres. A sua ação continuou dentro dos parâmetros legalmente definidos, auxiliando os associados em diversas situações ligadas ao trabalho rural e à exploração da terra. Deste modo, continuou a ser realizada a aquisição de material agrícola, como “o fornecimento de mercadorias (adubos, fungicidas, insecticidas, forragens, sementes, etc.” mas também a participação “nos estudos sobre vários problemas fundamentais da Lavoura Regional, levados a efeito sob a égide do Conselho Regional da Agricultura”⁴², como por exemplo, sobre a produção e comércio de alfarroba ou a pecuária local. A colaboração com os organismos de coordenação económica manteve-se, nomeadamente com a FNPT, a JNV, a Comissão Reguladora das Moagens de Ramas e a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Os vários encargos que tinha levariam a uma exigente e escrupulosa administração de fundos financeiros o que, todavia, não aconteceu, algo recorrente noutros locais. O relatório de contas de 1965 é exemplar nesse aspeto. Nele se referia que “a situação económico-financeira do Grémio não é brilhante pois foram negativos os saldos de exercícios dos anos de 1964 e 1965 e atingiram 140 contos aproximadamente”. Dificuldades várias somavam-se a este cenário. Também “os subsídios variáveis recebidos da F.N.P.T. baixaram ou foram quase nulos em virtude do milho deixar de ser entregue em celeiros, em virtude do mercado livre que existe para esta espécie de cereal”. O mesmo cenário continuou no ano seguinte “pois as disponibilidades à vista não chegam para ocorrer às responsabilidades contraídas. E o saldo do ano passado não ajudou muito...”⁴³.

As limitações dos Grémios podem ser demonstradas pelo desejo de ver, nas cooperativas agrícolas, uma forma mais expedita de resolver os problemas dos trabalhadores agrícolas. Para alguns, “que bom seria constituir uma Cooperativa Agrícola para

40 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 103, proc. 1, fls. 33-34.

41 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 103, proc. 1, fl. 5.

42 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 59.

43 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 10.

fomentar, amparar, desenvolver e fazer progredir a lavoura algarvia, que tanto disso carece!”⁴⁴. O ajustamento entre a atividade do Grémio da Lavoura e algumas necessidades dos agricultores louletanos não era sincrónico. Iam surgindo alguns apontamentos na imprensa periódica que demonstravam esses problemas, como a ausência da divulgação das contas da gerência, algo visto como “curial para que os associados, ou melhor, os contribuintes, soubessem como são aplicadas as suas contribuições”⁴⁵.

A escassez de maquinismos propiciava queixumes, mas quando estes existiam a sua fraca qualidade era evidenciada. Entre 1955 e 1956, o Grémio da Lavoura adquiriu um conjunto de tratores que rapidamente apresentaram problemas e que “poderiam ser substituídos com vantagem por um único em boas condições de funcionamento”⁴⁶. Esta situação arrastar-se-ia por mais algum tempo, levando a um “decréscimo de laboração muito acentuado em 1963”⁴⁷. No ano seguinte um novo trator seria comprado. A falta de alguma maquinaria especializada, como “descascadores de casca verde das amêndoas que têm capacidade de descasque de 20 arrobas por hora e que até podem ser acoplados aos tratores agrícolas a fim de os alugar aos lavradores”⁴⁸, era vista como uma falha que deveria ser superada. Os lamentos dos produtores são testemunho das mudanças na política agrária coeva pois, seguindo Fernando Oliveira Baptista, “a saída da população articulou-se com uma acentuada transformação tecnológica” e em que “a mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes seleccionadas e de pesticidas, nomeadamente herbicidas, foram a face mais marcante das transformações operadas”⁴⁹. Na Assembleia Nacional, foram pedidas medidas de fomento para “acudir ao empobrecimento agrícola do Algarve, que tem no seu despovoamento um dos sintomas mais impressionantes”⁵⁰ demonstrando que “para uma verdadeira reconversão de culturas na lavoura algarvia, para uma nova e melhor vida agrícola, precisamos antes de mais fazer regressar a terra o homem do campo”⁵¹.

No seguimento destas visões, ainda que, segundo o discurso oficial, no final da década de 60, “o ambiente é bastante favorável ao Grémio, mercê da acção desenvolvida em benefício dos produtores agrícolas”⁵², os efeitos das alterações sociais suscitadas neste período, com especial ênfase nas migrações para as cidades e para a Europa transpirenaica, conduziam a limitações para a atuação das próprias instituições corporativas. As próprias lutas e movimentos sociais certificam essa transformação social e, conseqüentemente, laboral. Disso é exemplo quando, em 1965, “na região de Loulé e Almancil os trabalhadores agrícolas impuseram as 8 horas”, luta iniciada pelas “mulheres da Bordeira que o exigiram na apanha da fava”⁵³.

Era aconselhado que o Grémio da Lavoura teria “de incrementar os serviços de distribuição. Tal solução parece não encontrar, actualmente, grandes possibilidades, em virtude da falta de braços e fraca rentabilidade dos produtos agrícolas terem

44 *A Voz de Loulé*, ano XI, nº 280, 21 de julho de 1963, p. 3.

45 *A Voz de Loulé*, ano XIX, nº 476, 19 de outubro de 1971, p. 1.

46 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 156.

47 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 155.

48 *A Voz de Loulé*, ano XIX, nº 476, 19 de outubro de 1971, p. 2.

49 Baptista, 1994, p. 913.

50 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VII legislatura, nº 187, 10 de dezembro de 1959, p. 140.

51 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VIII legislatura, nº 129, 12 de fevereiro de 1964, p. 3229.

52 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 98.

53 *Avante!*, ano 34, série VI, abril de 1965, p. 3.

determinado o não cultivo de extensas áreas”. Concluía-se que, “sem dúvida, problemas estes graves para a lavoura e que se adivinham de Norte a Sul do país”⁵⁴. Neste quadro de reconsideração das realidades sociais nas zonas periféricas, algumas queixas eram feitas pelos lavradores da localidade. Joaquim Miguel Pires, um dos sócios, em carta dirigida ao Secretário de Estado da Agricultura, em junho de 1969, dizia o seguinte:

“Seria bom que se perguntasse aos proprietários, que importância receberam eles dos bónus do trigo, e que depois se verificasse os recibos passados, pois que uma grande minoria deles, não sabem ler, nem escrever, mas como é costume há sempre que assine a rogo, sendo a freguesia mais fértil nisto a freguesia do Ameixial. Começa pelo gerente que anda com a sua vida encravada. Para concessão de farelo aos sócios do Grémio, é uma vergonha, pois que só se obtém por meio de gorjeta”⁵⁵.

Um mês mais tarde, enviaria uma missiva a Marcello Caetano, reiterando as críticas apontadas anteriormente, apresentando o Grémio como estando “num caos, e é preciso, que seja feito, um inquérito para apreciarem a maneira como se estão a processar os serviços do mesmo”⁵⁶.

Analisemos agora outro domínio institucional: as Casas do Povo. O concelho de Loulé apenas tinha a de Alte, mas que se encontrava inserida num nível mais amplo, o dos organismos intermédios. A região do Algarve viu nascer a Federação das Casas do Povo do Distrito de Faro que “embora com existência legal desde Abril de 1959, a Federação por razões dificilmente determináveis, só depois de mais de três anos decorridos começou a dar alguns sinais de actividade”⁵⁷. Em 1966, agregava 22 Casas do Povo, com uma “população associativa de 10 986 efectivos; 15 847 contribuintes e 449 beneficiários do Fundo de Previdência”⁵⁸ mas as suas contas demonstram problemas financeiros com o acumular de passivos (ver quadro 4).

Quadro 4. Receitas e despesas da Federação das Casas do Povo do Distrito de Faro

Anos	Receitas	Despesas	Saldos
1962	32 910\$70	2 515\$60	+ 30 395\$10
1963	37 724\$00	50 892\$80	- 13 168\$80
1964	86 606\$00	94 436\$98	- 7 830\$98
1965 (31/X)	124 173\$50	131 519\$60	- 7 346\$10
Total	281 414\$20	279 364\$98	+ 2 049\$22

Fonte: ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 1, fl. 23.

Nos anos seguintes, além da de Alte, juntar-se-iam a esta mais cinco Casas do Povo, todas elas nascidas no crepúsculo do autoritarismo, no Verão de 1973: a de Salir e a do Ameixial (alvarás de 4 de julho)⁵⁹; a de Boliqueime e São Sebastião (alvará de 9 de

54 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 6.

55 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 140.

56 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 142.

57 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 1, fl. 25.

58 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 1, fl. 9.

59 *BINTP*, ano XL, nº 28, 29 de julho de 1973, p. 2413.

agosto)⁶⁰; a de Almancil e Quarteira (alvará de 20 de agosto)⁶¹ e a de Querença e São Clemente (alvará de 29 de agosto)⁶² cuja atividade se viu afetada pelo fim da ditadura. Tal criação enquadra-se na política do Ministério das Corporações, cuja intenção era garantir “a cobertura com Casas do Povo, até Junho de 1974, de todo o território continental e ilhas adjacentes”, numa lógica de que “a distância entre Casas do Povo ou entre uma Casa do Povo e uma delegação ou entre delegações da mesma ou diferentes Casas do Povo, não seja superior a 10 km”⁶³.

Quadro 5. Comissões instaladoras das Casas do Povo de Loulé (1973)

Local	Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogais
Ameixial	Manuel José Guerreiro	Avelino Francisco Narciso	Joaquim Manuel Sinfrónio	José Guerreiro Fernandes	António Mateus Palma e Francisco Martins Gonçalves
Salir	Dr. António Teixeira Dias	José Sousa Pires Afonso	Jaime Guerreiro Alexandre	Joaquim Rodrigues Valente	José Pires Faisca e Manuel Ramos Pereira
Boliqueime e São Sebastião	José Antunes Araújo	Leonel Neto Coelho	Eduardo Lisboa Correia	José Dias Pereira	Joaquim Coelho Neves e José Coelho Longuinho
Almancil e Quarteira	Manuel Guerreiro Alcaria	José Viegas Lourenço	Celestino Francisco Correia	Manuel Filipe Leal Viegas	Francisco Rodrigues Coelho e José Santos Farias

Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.*

No que toca à mais antiga, a Casa do Povo de Alte demonstrava uma polivalência de serviços, indo ao encontro do que o regime pretendia. Ainda que, em 1965, estivesse num edifício arrendado pagando uma renda de 3000\$00, no seu interior da sua sede encontrava-se “sala de jogo, sala de leitura, um pequeno museu rural, posto médico e posto de socorros”, embora “o próprio mobiliário, exceptuando o do posto médico, deixa também muito a desejar”. Em 1958, contara-se a organização de um “curso nocturno de instrução primária”⁶⁴ com duas dezenas de participantes. O próprio rancho folclórico, “já com renome nacional” não encontrava na sede “possibilidade de meios para ensaios e para exposições”. Na procura de controlar os tempos livres e atividades de lazer dos trabalhadores rurais, esta Casa dispôs, durante algum tempo, de “um bom aparelho receptor de T.S.F.”, o que contribuía para alguma afluência, para mais tarde adquirir uma televisão, havendo ainda “certa frequência de sócios para a leitura de jornais e livros”. Atendendo às suas atividades, era defendida a construção de uma sede, até porque “está o Algarve em plena expansão turística e a freguesia de Alte, com o seu carácter serrano tão castiço, não tem escapado à atenção dos estrangeiros”⁶⁵. A situação económica não era muito favorável. A ausência da cobrança de quotas apresentava-se como um problema a solucionar, além da inculcação de alguns valores de

60 *BINTP*, ano XL, nº 35, 22 de setembro de 1973, p. 3121.

61 *BINTP*, ano XL, nº 35, 22 de setembro de 1973, p. 3121.

62 *BINTP*, ano XL, nº 35, 22 de setembro de 1973, p. 3122.

63 *BINTP*, ano XL, nº 1, 8 de janeiro de 1973, pp. 20-21.

64 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 40.

65 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 4.

organização, como por exemplo “as ordens de pagamento devem ser acompanhadas de recibos selados”⁶⁶.

As Casas do Povo tinham, como já foi indicado, uma vertente assistencialista. O Estado Novo advogou uma política baseada no facto de que “a necessidade da satisfação das carências sociais dos indivíduos, constituem encargo da comunidade, considerada esta no seu todo”, mas, igualmente, na ideia de que “a defesa dos interesses das actividades assistenciais competirá tanto ao Estado como aos particulares, na medida em que ambos para ela contribuem”⁶⁷. Ainda assim, algumas opiniões coevas apresentavam as “actividades profissionais de toda a ordem são hoje abrangidas pelas salutares Leis de segurança social que o Regime Corporativo inspirou como necessidade fundamental dos trabalhadores portugueses”⁶⁸ além de que “os benefícios da Organização Corporativa nos meios rurais podem contribuir notavelmente para a fixação da nossa gente ao meio natalício”⁶⁹. Ao nível da atuação, em Alte, a assistência e previdência tinham alguma vitalidade, existindo subsídios por morte, nascimento de filhos e a distribuição de medicamentos. Era visível que “as faltas existem quanto à não concessão de subsídios de casamento e à exiguidade do quantitativo diário do subsídio por doença. Aqueles subsídios de casamento não têm sido concedidos, por não reclamados e porque os casamentos na freguesia não têm abrangido sócios efectivos”⁷⁰.

Fora da esfera agrícola, foi nos anos finais do Estado Novo que se instituiu mais um organismo corporativo: o Grémio do Comércio de Loulé. Criado pelo alvará de 8 de abril de 1964 e presidido por Adelino Gonçalves Matos Lima⁷¹, nasceu ao mesmo tempo que o Grémio do Comércio dos concelhos de Tavira e Vila Real de Santo António⁷². Esta é uma situação cujos antecedentes remontam em 1940, ano em que, segundo o delegado do INTP em Faro, as “Associações Comerciais de Loulé, Olhão e Lagos tinham optado pela dissolução ao invés da conversão em Grémios”⁷³. O Grémio de Comércio de Olhão foi criado pouco tempo depois, em 1941, algo que tardiamente ocorreu em Loulé. Nesta instituição, rapidamente, se denotaram algumas situações que suscitaram uma apertada observância por parte do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, no início da década de 1970. Perante a ausência de respostas face às perguntas efetuadas pela delegação regional do INTP em relação ao atraso da escrita das contas, foi realizada uma inspeção ao Grémio do Comércio. Como causa para o problema dos atrasos no envio dos materiais foi apresentado o precário estado de saúde do Chefe dos Serviços, José Barros Martins. Para a IOC, o que se encontrava nesta instituição era “uma grande dose de desleixo” rimando com “excesso de confiança e de amizade, por parte dos membros da Direcção”⁷⁴.

Também a secção de Loulé do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro mostrava atuar com problemas, numa

66 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 29.

67 ANTT, Arquivo Salazar, Correspondência Oficial, CR-5, pt. 13, fl. 567.

68 *A Voz de Loulé*, ano VI, nº 156, 4 de maio de 1958, p. 1.

69 *Povo Algarvio*, ano XXXI, nº 1609, 18 de abril de 1965, p. 3.

70 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 85, proc. 6, fl. 23.

71 *BINTP*, ano XXXI, nº 8, 30 de abril de 1964, p. 385.

72 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 103, proc. 1, fl. 47.

73 Torres, 2018, p. 112.

74 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 103, proc. 1, fl. 10.

“desordem e completo abandono que os serviços se encontram desde 1948”⁷⁵. De acordo com o inspetor da IOC, o único funcionário que tentava manter alguma normalidade era o cobrador, acrescentando que “o interesse deste último em manter precariamente e a todo o custo o funcionamento da Secção só tem, a meu ver, explicação no facto dele habitar gratuitamente duas das dependências da sede; doutra forma teria abandonado imediatamente o lugar”⁷⁶. As próprias instalações demonstravam o abandono referido pelas autoridades, além de que “a frequência por parte dos filiados é quási nula”⁷⁷. Um interessante aspeto revelado pela documentação foi um inventário de bens, datado de 1955, demonstrando alguns aspetos das materialidades inerentes ao trabalho quotidiano da administração (ver Anexo 1).

Breves palavras a concluir

Ainda que distante do centro das decisões que campeavam nos ministérios e nas instituições sediadas em Lisboa, Loulé esteve em conformidade com as linhas gerais traçadas pelo salazarismo, em múltiplos aspetos. Até ao fim da ditadura, o concelho viu nascer, nos seus limites territoriais, os vários tipos de organismos corporativos. Mas a sua mera criação, que ratificava um dos fundamentos teóricos do regime, mostrou como o mero cumprimento dos princípios doutrinários contrastava com o quotidiano e a experiência da realidade. Indo ao encontro da feição agrícola da região, o Grémio da Lavoura esforçou-se no cumprimento das suas atribuições, ainda que, em muitos casos, tenha visto as suas intenções coartadas, por falta de meios e de respostas do poder central.

Os recursos materiais e financeiros de que dispunham estes organismos eram exíguos. De duas vertentes partia esta realidade: por um lado, uma gestão de contas que não era realizada de forma escrupulosa, resvalando mesmo em situações de ilicitude; por outro lado, o distanciamento entre a capital e estes concelhos apresentavam dificuldades na resolução dos problemas, uma vez que a fiscalização não era realizada de forma tão regular quanto o desejado. Ainda que, num derradeiro esforço, tenham sido criadas mais Casas do Povo nos anos 70, a “consciência corporativa” que a propaganda tanto referia, acabou por ser tímida e de que os aspetos que fomos salientando ao longo do texto comprovam. Loulé demonstrou o desigual alcance obtido pelo regime corporativo durante quatro décadas.

75 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 15, proc. 8, fl. 11.

76 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 15, proc. 8, fl. 12.

77 ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 15, proc. 8, fl. 12.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

Assembleia Nacional, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, Documentos enviados pelo Grémio da Lavoura de Loulé em resposta à Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, cx. 50, n.º 18.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo Salazar, Correspondência Oficial, CR-3 e CR-5.

Inspeção aos Organismos Corporativos, cxs. 85, 103, 159.

União Nacional, correspondência com as comissões distritais e concelhias, cxs. 20 e 313.

Fontes impressas: publicações periódicas

Avante!.

A Voz de Loulé.

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional.

Jornal de Lagos.

O Louletano.

Povo Algarvio.

Fontes impressas: publicações oficiais e administrativas

Regulamento da Secção de Loulé do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Faro (1938), Vila Real de Santo António, Tipografia Socorro.

Relatório e contas da gerência do ano de 1943 (1944), Faro, Tipografia União.

Estudos

BAPTISTA, F. O. (1994), "A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia". *Análise Social*, XXIX (128), pp. 907-921.

CRUZ, M. B. da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

FREIRE, D. (2012), "Estado corporativo em acção: sociedade rural e construção na rede de Casas do Povo". In F. Rosas, Á. Garrido (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 273-302.

GARRIDO, Á. (2019), "O corporativismo económico como doutrina e dispositivo instrumental – o sistema corporativo português em perspectiva comparada (1933-1974)". In A. Cunha, I. Veiga, C. Rodrigues (coord.), *Economia e História: Estudos em Homenagem a José Maria Brandão de Brito*, Lisboa, Colibri, pp. 53-71.

- HENRIQUES, F. (2016), "O funcionamento quotidiano do Grémio dos Armadores da Pesca da Baleia (1945-1958)". In F. M. Ferreira, F. A. Mendes, J. M. Torres (coord.), *Organizar o país de alto a baixo: políticas de edificação corporativa no Estado Novo português*, Coimbra, Tenacitas, pp. 153-171.
- MACEDO, J. M. (2008), *As casas dos pescadores e a política social do Estado Novo (1933-1968): o exemplo da casa dos pescadores de Olhão*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- NUNES, J. P. A. (2012), "Corporativismo e economia de guerra: o salazarismo e a Segunda Guerra Mundial". In F. Rosas, Á. Garrido (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 165-177.
- PEREIRA, N. M. (2016), "Nós, o Povo: as redes das Casas do Povo nos alinhamentos corporativos (1933-1974)". *Oficina do Historiador*, 9 (2), pp. 99-116.
- PIRES, L. A. A. (2018), *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- PIRES, L. A. (2019), "Os Grémios da Lavoura no distrito de Bragança e as funcionalidades corporativas nas comunidades rurais". *População e Sociedade*, 32, pp. 204-221.
- RODRIGUES, J. M. V. (2005), *A indústria de curtumes e do calçado de Loulé (1850-1945)*, Loulé, Arquivo Municipal.
- RODRIGUES, J. M. V. (2019), *A crise económica e social em Loulé nos anos trinta e quarenta do século XX: desemprego, pobreza e indigência*, Loulé, Arquivo Municipal.
- ROLLO, M. F. (2006), "Heranças da Guerra: o reforço da autarcia e os 'novos rumos' da política económica", *Ler História*, 50, pp. 115-153.
- ROMANELLI, R. (2008), *Duplo movimento: ensaios de história*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ROSAS, F. (1985), *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo: as eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, Edições O Jornal.
- ROSAS, F. (1990), *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa, Estampa.
- ROSAS, F. (2004), *Pensamento e acção política: Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- TELO, A. J. (1991), *Portugal na segunda guerra: 1941-1945*, Lisboa, Vega.
- TORRES, J. M. (2013), *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães: dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)*, Dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- TORRES, J. M. (2018), "As resistências à organização corporativa portuguesa: a perspectiva regional do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência". *Faces de Clio*, 4 (18), p. 101-118.

Anexo 1. Inventário de bens da Secção de Loulé do Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil do Distrito de Faro (1955)

Número	Objecto(s)	Valor (Escudos)
Mobiliário		
3	Secretárias	500\$00
1	Secretária dactilógrafa	100\$00
3	Vitrines	150\$00
12	Cadeiras envernizadas	200\$00
35	Cadeiras de castanho	200\$00
1	Móvel ficheiro	150\$00
1	Móvel arquivo	250\$00
1	Relógio de parede	150\$00
1	Mesa oitavada	65\$00
6	Quadros emoldurados	150\$00
2	Quadros "Lições de Salazar"	15\$00
Utensílios		
1	Máquina de escrever "Reminton" [sic]	2.000\$00
2	Tinteiros	10\$00
1	Tinteiro	20\$00
1	Papeleira	2\$00
10	Carimbos	80\$00
1	Almofada para carimbos	5\$00
1	Tesoura	8\$00
1	Datador	20\$00
1	Datador	2\$50
1	Máquina furadora	12\$00
2	Cestas para papeis	14\$00
2	Suportes para carimbos	20\$00
2	Porta bandeiras	45\$00
1	Mala de estandarte	50\$00
2	Cinzeiros	5\$00
2	Escarradores de esmalte	18\$00
1	Caixa de lata descargas de cotas	15\$00
1	Cofre	140\$00
1	Passadeira em ferro	40\$00
3	Tulipas de vidro	30\$00
1	Cabide	2\$50
1	Pasta de cabedal	60\$00
Estandartes		
1	Estandarte nacional	*
1	Estandarte organismo	2.000\$00
Biblioteca		
1	Colecção em 8 volumes "História de Portugal"	960\$00
7	Colecções Boletins "Inst. N. T. P."	220\$00
1	Colecção Bairros Casas Económicas	50\$00
	Vários livros	80\$00
	Total	7.839\$00

Fonte: ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 15, proc. 8, fls. 17-18.